



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA ELIZABETE LEITE

**O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL NA ROTINA DE
UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA
GRANDE/PB**

Campina Grande/PB

2014

MARIA ELIZABETE LEITE

**O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL NA ROTINA DE UMA
CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Departamento de
Educação da Universidade Estadual da
Paraíba em cumprimento às exigências
legais para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valdecy Margarida da Silva

Campina Grande/PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533d Leite, Maria Elizabete.

O desenvolvimento da autonomia infantil na rotina de uma creche da rede municipal de ensino de Campina Grande/PB [manuscrito] / Maria Elizabete Leite. - 2014.
26 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva, Departamento de Educação".

1. Educação infantil. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Autonomia infantil. I. Título.

21. ed. CDD 372

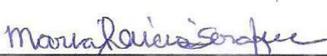
**O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL NA ROTINA DE UMA
CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia do
Departamento de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba
em cumprimento às exigências
legais para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 29 / 08 / 2014



Prof.ª. Dr.ª. Valdecy Margarida da Silva - UEPB
Orientadora



Prof.ª. Ms. Maria Lúcia Serafim - UEPB
Examinadora



Prof.ª. Dr.ª Vágda Gutemberg Gonçalves Rocha – UEPB
Examinadora

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL NA ROTINA DE UMA CRECHE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINA GRANDE/PB

LEITE, Maria Elizabete¹

RESUMO

A autonomia é um processo de construção gradativa, onde a participação do educador é de suma importância, pois para que esse processo possa se desenvolver é necessário que a criança sintam-se confiante e segura nas suas atitudes. Este estudo teve como objetivo analisar o papel do professor no desenvolvimento da autonomia infantil. Buscou-se discutir a importância da contribuição do educador no sentido de propiciar às crianças independência de ação a fim de oferecer-lhes oportunidades de iniciativas que lhes seriam impossíveis sob uma disciplina rígida e severa, pois a autonomia refere-se a um nível de desenvolvimento psicológico implicando, dessa forma, uma dimensão social que só é possível realizá-la como processo coletivo. A pesquisa está embasada nas pesquisas desenvolvidas por Piaget (1977), La Taille (2002), Barbosa (2006), dentre outros. O estudo de campo foi caracterizado por meio de uma análise qualitativa que utilizou, como instrumento de coleta de dados, um questionário com questões abertas que foi aplicado com educadores em uma creche municipal da cidade de Campina Grande-PB. Observou-se, a partir dos questionários aplicados, que os educadores estão preocupados em trabalhar na perspectiva de contribuir para a formação da autonomia das crianças e estão buscando aplicar novas metodologias em suas práticas educativas a fim de favorecer o desenvolvimento dessa autonomia. Conclui-se que à medida que as interações entre a pessoa adulta e a criança forem positivas, a mesma adquire uma autonomia progressiva nas suas realizações. Ao desenvolver uma condição pedagógica voltada para afirmação de atividades de autonomia, o educador estará contribuindo para que a criança se torne capaz de exercer sozinha suas tarefas, tornando-se um ser autônomo. Considera-se a construção da autonomia mais do que um objetivo a ser alcançado com a criança, é um princípio de ações educativas da faixa etária da educação infantil.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Autonomia. Educação infantil.

¹ Concluinte do Curso de Pedagogia da UEPB. Professora da rede particular de ensino do município de Campina Grande/PB. E-mail:

ABSTRACT

Autonomy is a process of gradual construction, where the participation of the teacher is of paramount importance, because for this process can develop it is necessary that the child feel confident and secure in their attitudes. This study aimed to analyze the role of the teacher in the development of children's autonomy. We attempted to discuss the importance of the contribution of educators in order to provide the children independence of action in order to offer them opportunities for initiatives that would be impossible under a strict and severe discipline them, because autonomy refers to a level of development psychological implying thus a social dimension that you can only perform it as a collective process. The research is based on research carried out by Piaget (1977), La Taille (2002), Barbosa (2006), among others. The field study was characterized by a qualitative analysis that used as an instrument of data collection, a questionnaire with open questions was applied with educators in a municipal nursery in the city of Campina Grande-PB. It was observed from the questionnaires that educators are concerned to work towards contributing to the formation of children's autonomy and are seeking to apply new methodologies in their educational practices to foster the development of this autonomy. It is concluded that as the interactions between the adult and the child are positive, it acquires a progressive autonomy in their accomplishments. When developing a pedagogical condition facing assertion of autonomy activities, the educator will be contributing to the child becomes able to exercise their own tasks, becoming an autonomous being. The construction of autonomy is considered more than a goal to be achieved with the child, is a principle of educational activities of the age range of early childhood education.

Keywords: Development. Autonomy. Childhood education.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, questões referentes ao desenvolvimento da autonomia infantil têm se constituído como ingredientes importantes para as metas educativas. Assim sendo, têm sido realizadas investigações significativas sobre as formas como o ensino vem sendo desenvolvido nas salas de Educação Infantil de escolas públicas brasileiras. Tais estudos vêm contribuindo significativamente para a discussão sobre a importância da construção da autonomia pelas crianças que frequentam essas escolas.

Sabe-se que as crianças precisam ter oportunidade de fazer suas escolhas, de se responsabilizarem por suas tarefas, de exercerem, enfim, sua independência, assumindo conscientemente seus direitos e deveres.

Para a criança, é muito mais significativo aprender através de situações que a incentivem a fazer sozinha, já que muito antes do que supomos a criança já é capaz de assumir responsabilidades, aceitar deveres e usar sua própria iniciativa, constituindo-se esta na única maneira de ela tornar-se cada vez mais autossuficiente e independente.

O presente estudo se deteve na importância da rotina de uma creche para o desenvolvimento da autonomia da criança na Educação Infantil, entendendo como tal a capacidade da criança se conduzir e tomar decisões por si mesma, partindo de regras, valores e de sua própria perspectiva e da perspectiva de outrem. Teve como objetivo analisar o papel do professor no desenvolvimento da autonomia infantil. Para tanto, discutiu-se a importância da contribuição do educador no sentido de propiciar às crianças independência de ação a fim de oferecer-lhes oportunidades de iniciativas que lhes seriam impossíveis sob uma disciplina rígida e severa, pois a autonomia refere-se a um nível de desenvolvimento psicológico implicando, dessa forma, uma dimensão social que só é possível realizá-la como processo coletivo.

Neste contexto, foi realizada uma revisão de literatura para aprofundar as questões em torno da temática discutida, bem como foi realizada a aplicação de um questionário com professoras que lecionam em uma creche da rede municipal de ensino de Campina Grande/PB, localizada o bairro do Pedregal, que atende crianças de nível sócio econômico baixo, beneficiando crianças na faixa etária de 2 a 6 anos de idade pertencentes à comunidade nos turnos da manhã e da tarde. Esta

instituição atende a 96 alunos matriculados, existindo 14 professores todos com curso superior e alguns com pós-graduação. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário que foi aplicado com 5 profissionais da educação da referida creche. Todos eles professores das turmas dos maternais e do quadro efetivo de funcionários da rede municipal de ensino, todos com graduação em Pedagogia e duas com pós-graduação em Educação Infantil.

Nesta pesquisa, buscou-se ampliar os conhecimentos sobre o processo de construção da autonomia na educação infantil, assim como propiciar aos educadores uma visão da importância da autonomia no desenvolvimento da criança, conduzindo-os a uma reflexão constante de sua prática diária. A pesquisa, como estudo de caráter exploratório, ressaltou a importância de se incorporar nas rotinas das creches atividades que contribuem para o desenvolvimento da autonomia das crianças.

2. A CRECHE E SUA ROTINA COMO EIXO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

São muitos os conceitos e atribuições usados para definir o termo creche. Estes conceitos se diferenciam de acordo com a função que ela exerce, seja para garantir um espaço físico para atender as necessidades básicas da criança: alimentação, saúde, bem estar, bem como “compromisso com desenvolvimento integral da criança, favorecendo um ambiente psicossocial e socioeducativo” (Santana 1998).

Segundo Abramowicz e Wajskop (1999), a primeira ideia de creche que se tem conhecimento surgiu na França, cuja palavra significa “Manjedoura”, que tinha como objetivo educar, guardar, abrigar crianças pequenas, cujas mães precisavam trabalhar ou aquelas que necessitavam de assistência. E prossegue:

Durante muito tempo, em todo o mundo, as creches organizaram sua rotina de trabalho em função de ideias referentes ao que significava educar as crianças, sendo que a assistência, custódia e higiene consistiam no centro do processo das ações educativas (Abramowicz e Wajskop, 1999, p.10).

No Brasil, a creche foi uma conquista dos movimentos populares. O surgimento da mesma também foi uma conquista para as mães. Essas foram as

primeiras a se beneficiarem de um serviço público social. Estas instituições funcionavam com uma proposta assistencialista, serviam apenas de depósito para abrigar crianças enquanto suas mães estivessem fora.

Conforme Abramowicz e Wajskop (1999), no Brasil, a partir dos anos 70, as creches passaram a ser concebidas e reivindicadas como o lugar de educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos, deixando de constituir-se apenas na responsabilidade de cuidar, assistir e higienizar. Mas foi na década de 80 que aconteceram amplos debates em prol das funções das creches para a sociedade moderna.

Para atender a uma demanda cada vez mais crescente a creche passou por profundas modificações ao longo dos anos. Essas mudanças abrangem desde a estrutura física das instituições como também a função que ela exerce.

Na creche, a programação diária deve abranger os momentos de trabalho orientado e momentos livres, higienização e alimentação. É nas interações ocorrentes nas creches que as crianças encontram as condições para o seu crescimento. Estas atividades diárias “devem basear-se em uma organização do espaço e na oferta de materiais de forma a possibilitar a iniciativa, a ação independente e a imaginação das crianças” (Abramowicz e Wajskop, 1999, p.13).

O número de horas que a criança permanece na instituição, a amplitude dos cuidados físicos necessários ao atendimento, os ritmos e diferenças individuais e a especificidade do trabalho pedagógico demandam um planejamento constante da rotina. A organização do tempo deve prever possibilidades diversas e muitas vezes simultâneas de atividades, como atividades mais ou menos movimentadas individuais ou em grupo (Brasil, 1998, 1998, p.73).

Segundo Barbosa (2006, p.87), as creches possibilitam às crianças a ampliação de seus modos de socialização e sociabilidade. As crianças realizam jogos e atividades, estabelecem relações afetivas com várias outras pessoas e constantemente são colocadas ou se colocam em situações nas quais precisam ampliar suas estratégias de interação para estabelecer laços e novas aprendizagens.

Neste sentido, é necessário que as relações entre as crianças e adulto/criança ocorram de maneira segura e sincera, onde o desenvolvimento da autonomia aconteça através da efetiva participação nas atividades.

Assim, investir no desenvolvimento da autonomia da criança constitui um excelente empreendimento para a formação do senso de cidadania competente, pois é através da autonomia que a criança evolui o seu próprio eu, suas possibilidades e limitações.

Outro aspecto que contribui para o desenvolvimento da autonomia é que a criança tenha referências para situar-se na rotina da instituição, porque quando se está num ambiente conhecido e em que se pode antecipar a sequência dos acontecimentos, tem-se mais segurança para arriscar e ousar agir com independência, pois o conhecimento da sequência da rotina é também fator que favorece o desenvolvimento da autonomia (Brasil, 1998, p.48).

Sendo assim, a rotina na educação infantil pode ser facilitadora ou limitadora dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. Pois a mesma é considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem e também como um facilitador das percepções infantis. Para Barbosa:

A rotina é compreendida como uma categoria pedagógica da Educação Infantil que opera como uma estrutura básica organizadora da vida cotidiana diária em certo tipo de espaço social, creches ou pré-escola. Devem fazer parte da rotina todas as atividades recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva, mas nem por isso precisam ser repetitivas. (BARBOSA, 2006, p. 201).

A rotina pode orientar as ações das crianças, assim como dos professores, possibilitando a antecipação das situações que irão acontecer (Brasil, 1998, p.73). Portanto, uma rotina estável, clara e compreensível permite que a criança a incorporem, podendo antecipar o que irá acontecer em seguida. Isso oferece uma sensação de segurança a elas, o que, por sua vez, permitirá que atuem com maior autonomia e tranquilidade no ambiente escolar.

As diferentes atividades que compõem a rotina na Educação Infantil possuem suas finalidades e formas de organização. A seguir abordaremos algumas delas:

Hora da Roda: é um dos momentos mais importantes, pois ao receber as crianças o professor proporciona segurança após a chegada, conversando com as crianças sobre as atividades que serão realizadas naquele dia, estimulando-as a contarem as suas vivências, trabalhando o calendário, a chamada e escolhendo o ajudante do dia.

Hora das Atividades: é o momento em que é proposto para toda sala o conteúdo preparado pelo professor. Essas atividades podem ser realizadas de forma

coletiva ou individual, podendo ser desenvolvidas em diferentes locais, dentro e fora da instituição de ensino.

Hora do Lanche: momento essencial para desenvolvimento saudável da criança, além de fazer parte do processo educativo. Durante as refeições, a criança tem a oportunidade de relacionar-se com o outro, adquirir muitos conhecimentos e ao mesmo tempo desenvolver sua autonomia. Comer não é apenas uma necessidade do organismo, mas também uma necessidade psicológica e social. Por isso, a hora do lanche deve ser proporcionada com prazer e alegria, buscando partilhar e trocar informações entre colegas, aprender a preparar e cuidar do alimento com independência, bem como, aprender a ter boas maneiras durante as refeições.

Hora da Higiene: Essa é a hora utilizada pelo professor para trabalhar os hábitos de higiene que preservam a boa saúde. Por isso, o professor deve realizá-la diariamente, visando ressaltar a necessidade de escovar os dentes após as refeições, lavar as mãos após utilizar o banheiro e antes das refeições, etc.

Hora da Brincadeira: A brincadeira é para a criança a mais valiosa oportunidade de aprender a conviver com pessoas muito diferentes entre si, de compartilhar idéias, regras, objetos e brinquedos. Na Educação Infantil, as brincadeiras devem fazer parte da rotina diária dessas instituições e devem ser utilizadas em diferentes momentos do dia. Trabalhar com o movimento e expressão corporal significa proporcionar à criança o conhecimento do próprio corpo, experimentando as possibilidades que ele oferece. Para isso, o professor deve proporcionar atividades, fora e dentro da sala de aula, onde a criança possa se movimentar.

Hora das Atividades Extraclasse: O professor deve estar atento à vida da comunidade e da cidade onde atua, buscando oportunidades interessantes, que se relacionem com os projetos desenvolvidos na turma, ou que possam ser o início de novos projetos. Isto certamente enriquecerá e ampliará o Projeto Político-Pedagógico da instituição, que não precisa ser confinado à área da escola. Assim, o professor pode programar passeios ao cinema, teatro, hortas, circo, no bairro, na biblioteca, etc.

Podemos perceber que existem inúmeras atividades que podem ser incluídas na rotina da Educação Infantil. Cada atividade e tempo deverão ser adequados à realidade das crianças e ao trabalho desenvolvido pelo professor.

Desse modo, uma rotina que contemple o entrelaçamento das ações fundamentais que configuram a Educação Infantil necessita de uma consciência crítica do educador em compreender que a rotina é responsável pela organização e cumprimento das metas pré-estabelecidas no dia-a-dia escolar visando, principalmente, o desenvolvimento integral da criança.

Para Barbosa (2006), as rotinas atuam como organizadoras estruturais das experiências cotidianas, pois esclarecem a estrutura e possibilitam o domínio do processo a ser seguido e ainda substituem a incerteza do futuro por um esquema fácil de assumir. O cotidiano passa, então, a ser algo previsível o que tem importantes efeitos sobre a segurança e a autonomia da criança.

Dentro deste contexto, as rotinas na educação infantil servem como maneira de criação da identidade social, criando, assim, sentidos para as crianças. Dessa forma, faz-se necessário a reflexão sobre as rotinas onde as regras e normas sejam discutidas, construídas e reconstruídas constantemente. Pois, a partir daí, aumentam-se as chances de as crianças serem respeitadas na sua totalidade enquanto sujeitos ativos e de direitos.

A forma como a instituição organiza a rotina diária confere à criança um ponto de referência indispensável para seu desenvolvimento. Logo ela percebe uma sequência temporal, na qual cada espaço que ocupamos com uma determinada atividade é determinado pelo tempo. Então, quando nos dirigimos ao refeitório é hora da refeição; no pátio, é o momento de recreação; no banheiro, é hora da higienização e assim por diante com as demais atividades.

Contudo, entendemos que a instituição de educação infantil deve oferecer espaço onde a criança possa desenvolver atividades da vida prática que contribuam para a conquista da iniciativa e autonomia.

Em relação às práticas pedagógicas presentes na Educação Infantil, o RCNEI (Brasil, 1998) mostra que essas devem se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;

Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuem para sua conservação;

Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

Utilizar diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade. (BRASIL, 1998, p. 63).

Portanto, os professores de Educação Infantil devem utilizar o RCNEI para organizarem e complementarem a rotina escolar, buscando uma melhoria na sua prática pedagógica, bem como, no processo de ensino e aprendizagem.

2.10 Processo de Construção da Autonomia: a contribuição teórica da Psicologia do Desenvolvimento Moral

A obtenção de uma autonomia crescente é um objetivo primordial na educação infantil. Estudos nos mostram que é possível ainda na etapa inicial da escolarização desenvolver estratégias que possibilitem a criança realizar tarefas com independência, que é condição necessária para o desenvolvimento da autonomia, processo esse que se inicia desde a infância, quando se oferece às crianças oportunidades de escolha e de auto-governo. “Gradualmente, a criança se torna capaz de assumir tarefas e assim desenvolver sua autonomia; isso acontece conforme é estimulada pelas pessoas que estão ao seu redor” (Silva, Sperb, 1999, P, 66).

Entende-se, também, que a construção da identidade e da autonomia diz respeito à história pessoal de cada ser humano e o uso de recursos pessoais perante às diversas situações da vida. A identidade caracteriza-se pela diferença, a

começar pelo nome de cada pessoa, pelas características físicas, modos de agir e de pensar. Em geral, a infância é a primeira matriz da socialização. Nesse grupo social, cada membro possui traços que o distingue dos demais indivíduos. A construção é gradativa e se dá por meio dessas interações, onde a criança irá perceber-se e perceber os outros como diferentes, utilizando-se da posição para construir sua própria imagem. “A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida” (Brasil, 1998 p. 13).

Dessa forma, compreendendo a autonomia como capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras e valores, é mais do que necessário na rotina de uma sala de educação infantil a existência de um planejamento que vise criar condições em que as crianças dirijam suas próprias ações, tendo em vista seus recursos individuais e os limites ligados ao ambiente. Esse processo de construção depende das interações sociais, diferenciação entre eu e o outro, vivência e experiência, construção de vínculo, auto-imagem e expressão da sexualidade.

Enfatizando o conceito de autonomia, analisaremos a visão do pesquisador Jean Piaget (1977). Para o autor, o termo significa capacidade do ser humano decidir sozinho entre o certo e o errado no domínio moral, como também verdade e inverdade no domínio intelectual. Em sua concepção, a autonomia pode apresentar duas vertentes: a moral e a intelectual.

O sujeito que se rege pela autonomia moral é aquele que não permite ser manipulado com punições ou recompensas. Crianças autônomas apresentam comportamento cético em que sua maior dificuldade está em mentir. Para elas, romper o vínculo de confiança é pior do que ser punida. Já a autonomia intelectual significa a capacidade de julgar por si mesmo o que é ou não verdadeiro. Mesmo que todos discordem de seu ponto de vista, a pessoa continua defendendo suas ideias. Portanto, podemos dizer que a autonomia é o oposto de heteronímia, que significa ser regido por outra pessoa. Do ponto de vista moral, nessa faixa etária, “a criança encontra-se na fase denominada de heteronomia; em que dá legitimidade às regras e valores porque provêm de força, em geral de um adulto a quem ela atribui força e prestígio” (Brasil, 1999, P.14).

Dessa forma, entendemos que um projeto de educação que almeja a formação de pessoas críticas, capazes de resolver seus questionamentos e tomar

iniciativas, deve planejar oportunidades em que as crianças dirijam suas próprias ações, pois tais atitudes estão diretamente relacionadas com o nível de desenvolvimento do raciocínio lógico infantil. Dessa forma, consideramos que apesar de ser uma condição necessária, o raciocínio lógico não é suficiente para explicar a formação e o desenvolvimento da moralidade nos indivíduos. Por isso, Piaget (op. cit.) fez questão de deixar bem claro que sua pesquisa que o objeto a ser considerado era o julgamento moral e não a natureza da moralidade.

Os resultados dos estudos Piagetianos em relação às regras, julgamento e justiça propiciaram a identificação da existência de duas etapas distintas, mas complementares na construção e desenvolvimento da moralidade. Estas etapas são a heteronomia e a autonomia.

Na perspectiva heterônoma, tanto as regras como os valores morais são prefixados por alguém que constitui numa figura de autoridade para a criança. Estes valores tendem a ser aceitos por esta como algo imutável e sagrado.

Numa relação social de heteronomia, as crianças tendem a desenvolver um respeito social caracterizado por uma razão unilateral, onde alguém que é “competente” diz o que é certo ou errado e as crianças simplesmente obedecem. Numa relação assim, tanto a determinação quanto a obediência, ocorrem independentemente ao contexto em que as regras são prescritas.

Piaget (1977, p. 95) caracterizou esse respeito unilateral provido da heteronomia, como o “grande fator de continuidade entre as gerações”. Sua afirmativa partia da ideia de que seria através do respeito unilateral que as crianças aceitavam as instruções transmitidas por seus pais. No entanto, mediante esta valorização, as pesquisas Piagetianas foram mais enfáticas sobre o respeito mútuo, baseado na cooperação, como agente capaz de impulsionar a construção de regras morais, próprias e no acordo recíproco entre as crianças como agentes fiscalizadores no cumprimento das mesmas. Esta prioridade denuncia a ideia Piagetiana de que o respeito mútuo é a base para uma moral autônoma.

Na heteronomia, o julgamento moral e infantil é caracterizado por uma ideia surgida a partir das consequências físicas das ações praticadas e o senso de justiça infantil é muito rudimentar. Desta forma, a criança pequena concebe o justo ou injusto em função do dever e da obediência e as sanções são concebidas como

sendo necessárias para a preservação e manutenção de normas rigidamente igualitária para todas.

As ideias Piagetianas revelam que a origem da moral heterônima em crianças pequenas, em parte, ocorre através das relações sociais coercitivas e em parte, pelo próprio egocentrismo que caracteriza o pensamento infantil até aproximadamente os sete anos de idade.

Em se tratando das relações coercitivas, torna-se importante dizer que neste tipo de relação existe uma desigualdade entre as pessoas que nela estão envolvidas na perspectiva de uma ser superior à outra, quanto ao nível de autoridade. Em relação ao egocentrismo infantil, torna-se importante dizer que se caracteriza pelo fato de a criança tender a considerar as coisas sob o seu ponto de vista apresentando incapacidade para empatia em relação ao outro. Como se pode observar não se trata de egoísmo pessoal, mas de uma incapacidade natural a uma relativa faixa etária do ser humano. Se são as relações sociais coercitivas e o respeito unilateral que se constituem a base da heteronomia, a autonomia pode ser caracterizada como um tipo de pensamento que traz subjacentes “realizações sociais baseadas na cooperação e, conseqüentemente, um tipo de respeito social pautado no acordo mútuo” (Dias e Vasconcelos, 1999).

Considerando o que foi visto até agora, é possível dizer que, ao entrar no mundo moral, a partir das relações heterônimas, aos poucos a criança pode superar a moral heterônima, a fim de alcançar a autonomia.

Sendo assim, torna-se possível dizer que a autonomia requer certo grau do amadurecimento no pensamento moral, pois “as regras tendem a ser estabelecidas através de um consentimento mútuo, caracterizado pelo conhecimento aditivo das regras e pela coerência das informações prestadas acerca das mesmas” (Dias e Vasconcelos, 1999, p.12).

Constance Kamil (2004), grande estudiosa da obra de Piaget, acrescenta afirmando que sempre que possível, deve-se dar à criança a “possibilidade de decidir e é decidindo que ela aprende a tomar decisões” (Kamil, 2004, p.9). Ela enfatiza que as crianças não costumam ser incentivadas a pensar de maneira autônoma na escola e que os adultos podem estimular a troca de ponto de vista, em vez de puni-las. Em sua concepção, pessoas verdadeiramente autônomas não podem ser controladas por castigo ou recompensa, pois ao contrário do que se

pensa, o castigo não oferece a oportunidade de reflexão para que perceba o ato que cometeu e assim deixa a criança ressentida e insegura.

A mesma autora ainda ressalta importância de encorajar a criança a ser independente e curiosa, a tomar iniciativa na persecução dos seus interesses, a ter confiança na sua capacidade de fazer uma ideia própria das coisas, a exprimir as suas ideias com convicção, acabar com seus medos e as angustias de maneira construtiva. Para que a criança cresça e torne-se adulto descente e equilibrado, faz-se necessário que os adultos não utilizem seu poder como força para controlá-las. Ao contrário, transmita segurança e confiança através de orientações didáticas que favoreça a criança sentir-se dessa forma, pois a confiança é um dos fatores importante para tornar a criança independente.

Isto significa dizer que as crianças tornam-se propensas a relativizarem essas regras em função do contexto em que foram estabelecidas. Mediante a autonomia, as crianças estabelecem distinções entre as regras sociais e lei física; entendendo, inclusive que as regras são mutáveis. Identificam-nas como resultantes de processos sociais variados que podem ser modificados desde que haja o consenso do grupo que elas se explicam.

Para Piaget (apud, La Taille, 2002, p.97), a moral de constitui no resultado de um processo de construção através das relações as quais o indivíduo se submete. Desta forma, para a perspectiva Piagetiana, as tendências heterônomas e autônomas são constituídas durante o desenvolvimento infantil e uma delas haverá de prevalecer conforme as influências de vários fatores, dentre os quais os mais importantes dizem respeito às formas de relações sociais a que a criança estiver exposta. De acordo com La Taille (2002, p.93):

Para que a autonomia tome lugar na vida da criança, o sentimento da obrigatoriedade já deve ter brotado e, como vimos, ele nasce através do respeito unilateral. O respeito mútuo da autonomia é a superação do respeito unilateral.

Considerando a ótica do respeito unilateral, é importante dizer que o adulto exerce sobre a criança uma determinada coação moral, através das suas funções de autoridade. No entanto, esta autoridade está longe de referir-se àquela que diz respeito ao poder de mando ou comando do adulto em relação à criança. Desta forma, é o adulto a pessoa mais indicada para passar à criança princípios específicos do relacionamento social.

Contudo, mesmo sendo o adulto mais experiente no relacionamento infantil, é interessante lembrar que o princípio da reciprocidade é uma regra que constitui fortemente a moral. Nesta perspectiva, convém lembrar a contribuição Piagetina que reconhece que a moral heterônoma e a moral autônoma não devem ocorrer de forma separada, mais devem denotar uma evolução simultânea que vai da heteronômica à autonômica.

Neste sentido, Piaget (1977) reconhece a necessidade da criança poder coordenar alguns dos diferentes pontos de vista, como possibilidade de construção da autonomia. Esta ação é melhor possibilitada com a troca de pontos de vista, de desejos de opiniões entre iguais. Neste tipo de relação, é mínima a probabilidade de haver, no grupo, a necessidade de respeitar e equiparar-se a de ser respeitado.

Mesmo afirmando que o princípio da reciprocidade é evidenciado mais fortemente nas relações sociais entre crianças, é possível dizer que envolvem adultos e crianças, elas também devem ser possibilitadas. Isto significa dizer que, ao relacionar-se com a criança, o adulto precisa ser sábio na sua condução educativa em relação a ela, no sentido de discernir o caráter das suas investidas pedagógicas, evitando usar coações desnecessárias e primando pelas negociações diplomáticas ao uso dos direitos pelo cumprimento. De um lado podemos encontrar adultos heterônimos para determinadas regras. “Ao contrario, em certas circunstancias, a partir da experimentação com seus semelhantes, a criança pode ser considerada adulta, agindo com autonomia” (Silva e Sperb, 1999, p.67).

Menim (1985) investigou o processo de passagem da heteronômica à autonomia, das regras estabelecidas durante as aulas da coação dos professores sobre as crianças e as relações entre elas. Os resultados dos seus estudos revelam que “as relações instituídas na escola promovem a heteronômica moral, através da coação exercida pelos professores e funcionários” (Silva e Sperb, 1999, p.67). Como conclusão a autora ressalta o fato de que indiscutivelmente a forma como a escola encontra-se constituída possibilita o desenvolvimento da autonomia moral na rotina das salas de aula.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais (RCNEI) (Brasil, 1998), para favorecer o desenvolvimento da autonomia é necessário que o professor compreenda os modos próprios de as crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construïrem conhecimento; ou seja, promover relações sociais

fundamentadas pela cooperação e respeito mútuo, pois é imprescindível que os adultos busquem ser sensíveis, à satisfação das necessidades, prejuízos poderão acontecer na formação do ser humano que se encontra em pleno desenvolvimento físico, social, afetivo e intelectual.

Isto significar dizer, também, que ao desempenhar o papel de mediador infantil, o adulto precisa estabelecer uma sóbria condução educativa no sentido de discernir o caráter das suas investidas pedagógicas, evitando usar coações desnecessárias e zelando pelas transações diplomáticas do uso dos direitos pelo cumprimento dos deveres e das responsabilidades.

Neste sentido, é necessário que as relações entre as crianças e adulto/criança ocorram de maneira segura e sincera, onde o desenvolvimento da autonomia aconteça através da efetiva participação nas atividades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo utilizou, como instrumento de coleta de dados, um questionário com questões abertas que foi aplicado com educadoras em uma creche municipal da cidade de Campina Grande-PB. Todas as educadoras são do sexo feminino, possuem formação em nível superior e são concursadas na rede municipal de ensino. Neste tópico, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada para subsidiar o trabalho acadêmico orientado denominado "O desenvolvimento da autonomia infantil na rotina de uma creche da rede municipal de Campina Grande-PB.

No questionário aplicado, a primeira questão levantada foi se na opinião das educadoras, até que ponto a rotina da creche tem oferecido à criança a oportunidade dela agir independentemente. Sobre essa questão, responderam:

Professor 1²- A rotina da creche de uma forma geral, oferece a criança a oportunidade dela agir independentemente, desde o maternal até o seu último ano na instituição, todas situações vivenciadas pela criança desde a brincadeira ao momento específico

² No intuito de manter em sigilo a identidade dos educadores, optou-se, no presente trabalho, por apresentar a resposta de cada um numerando "Professor 1, 2, 3, 4 e 5", respectivamente.

pedagógico, está inserido esse trabalho da autonomia. É um processo contínuo.

Professor 2- Na medida que a criança chega a creche e começa a se ambientar com os espaços e horários, ela já está construindo sua autonomia por internalizar seus fazeres nos diversos locais da creche.

Professor 3- A criança tem oportunidade de agir independentemente, através da rotina, a partir das propostas oferecidas pelos educadores, com objetivos planejados e avaliados.

Professor 5- A sequência de diferentes atividades que acontecem no dia a dia possibilita que a criança se oriente na relação tempo-espaço e se desenvolva.

Percebeu-se, a partir das respostas dadas pelos educadores, que embora as rotinas tenham quase sempre sido citadas como um mesmo encaminhamento, cada uma tem a sua especificidade, cabendo ao professor organizar espaços nos quais esteja preparando para se trabalhar uma rotina estruturante que pode representar para criança e professor uma fonte de segurança e de previsão do que vai acontecer, diminuindo, assim, a ansiedade a respeito do que é imprevisível ou desconhecido no espaço escolar. Todas as educadoras reconhecem a rotina como uma importante aliada na construção da autonomia infantil.

Barbosa (2006) indica que o cotidiano da creche e pré-escola tem de prever momentos diferenciados dos fornecidos para crianças maiores e que os educadores nas atividades realizadas devem sempre permitir experiências múltiplas que estimulem a criatividade, a experimentação, a imaginação, estimulando as distintas linguagens expressivas e incentivando a interação social.

Ainda, de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais (RECNEI, 1998), a rotina é considerada como um instrumento de dinamização da aprendizagem, facilitador das percepções infantis sobre o tempo e o espaço e uma rotina clara e compreensível para as crianças é fator de segurança.

De acordo com Massena (2011), a rotina é uma prática com diferentes ações que ocorrem em nosso cotidiano. Ela possibilita que a criança oriente-se na relação espaço/tempo, reconhecendo seu andamento, dando sugestões e propondo mudanças. Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, calendário, chamada, roda de música, oração, momento da novidade, ajudante do dia, hora do conto, repouso, atividades

lúdicas e significativas, jogos diversificados como faz-de-conta, exploração de diversos materiais, ou seja, atividades que estimulem o desenvolvimento da criança.

Uma segunda questão colocada às educadoras foi quais as atividades realizadas em sala de aula que possibilitam a criança tornar-se autônoma. Desse modo, as educadoras afirmaram que em sua prática:

Professor 1- Diversas atividades são realizadas em sala de aula que possibilitam a autonomia da criança tais como: reconhecer seus objetos pessoais, organizar jogos ou brinquedos após usá-los, outros.

Professor 2- A troca de roupa; o uso do sanitário; o self-service, entre outros.

Professor 3- A criança torna-se autônoma através de rodas de conversas, chamada, self-service, banho, atividades coletivas e individuais, etc. Todas bem orientadas, avaliadas, sempre de acordo com cada faixa etária.

Professor 4 - Guardar os objetos de uso pessoal e brinquedos, fazer sua higiene pessoal ao usar o sanitário; vestir-se e despir-se com a orientação do adulto e os cuidados necessários. Estas e outras atividades do cotidiano escolar possibilitam a autonomia da criança.

Professor 5 - A criança se torna autônoma, através das brincadeiras, conversa em roda, na hora da contação de história e de atividade como: troca de roupa, escovação, self-service entre outras.

Verificou-se que as educadoras, ao relatarem suas metodologias utilizadas em sala de aula, demonstram uma preocupação em contemplar atividades que visam auxiliar a criança a ser independente, ter iniciativa fortalecendo a auto-imagem, a auto-estima e assim sentir-se sujeito do processo de construção. Portanto, são atividades que se caracterizam pelo cuidado, mas que também tenha um caráter educativo que possibilita tornar a criança mais autônoma.

Uma questão citada pela professora como atividade que possibilita a criança tornar-se autônoma é a hora da contação de história. Se o educador trabalha realmente nesta perspectiva, ao orientar para que a criança faça as suas escolhas da história que quer ouvir, além de estar contribuindo para a construção da autonomia, estará, também, contribuindo para a formação de leitores.

De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais (RCNEI, 1998, p.62) todas as atividades contribuem de forma direta ou indireta para construção da identidade e desenvolvimento da autonomia, uma vez que são competências que perpassam todas as vivências das crianças.

Neste sentido, a oferta de atividades diversificadas em um mesmo tempo e espaço é uma oportunidade de propiciar a escolha pelas crianças, auxiliando, também o desenvolvimento da autonomia.

Perguntados sobre o que caracteriza uma criança independente ou dependente, os educadores responderam:

Professor 1- Criança independente age a partir de suas escolhas, das suas decisões, ou seja, não espera somente ajuda do adulto para resolver "problemas", ex. vestir-se sozinho, outros. Já a criança dependente, limita-se, espera que façam por ela.

Professor 2- Independente é a criança que já se vê como ser social participante do meio em que vive. Já a criança dependente não se apropria do meio que está, sentindo necessidade de outrem nas mínimas tarefas.

Professor 3- O que caracteriza uma criança dependente ou independente são as oportunidades de ações educativas onde muitas vezes são subestimados a sua capacidade, ou melhor, suas habilidades.

Professor 4- Para mim, o que caracteriza uma criança independente é quando vemos em nossa prática, que muitas crianças mesmo as mais pequenas e indefesas já sabem muitas "coisas", tomas decisões quando não gostam ou não querem aceitar determinadas situações; escolhem os brinquedos e só pegam as coisas que lhe interessam; interage com os adultos, mesmo quando não fala, com: gestos, olhar e atitudes. A criança dependente é mais calma e vulnerável e precisa de muitos estímulos para que possam realizar pequenas tarefas que as ajude a desenvolver-se e torna-se mais independente.

Professor 5- A criança independente é aquela que desenvolve a capacidade de se conduzir e de tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, a perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro.

Ao analisar a questão, observou-se que os educadores tomam como parâmetros para classificar uma criança como sendo independente ou dependente, a tomada de decisões e a maneira como se comporta diante de certas situações. A capacidade de fazer escolhas sobre o que vestir, o que comer e do que quer brincar é um critério muito utilizado pelos educadores para essa classificação.

Contudo, o educador necessita conhecer os caminhos que o indivíduo percorre para construir sua autonomia; isto é, saber como a pessoa torna-se capaz de se governar, compreender o que as crianças são capazes de fazer e o que ainda não é compatível com seu estágio de desenvolvimento. O conhecimento das etapas do desenvolvimento da criança irá facilitar o planejamento da rotina em sala de aula. Um educador que tenha esse domínio certamente irá planejar uma rotina que contribua para a construção da autonomia infantil.

A autonomia é um processo de construção gradativa. Portanto, a participação do educador será de suma importância, oferecendo liberdade de expressão para criança sentir-se confiante e segura diante das dificuldades; pois para que desenvolva esse processo, é necessário que a criança não sinta receio, medo e insegurança que muitas vezes são sentimentos oriundos do comportamento do adulto frente às ações da criança.

Portanto, para favorecer o desenvolvimento da autonomia é necessário que “o professor compreenda os modos próprios de as crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construam conhecimentos” (RECNEI, 1998, p. 40).

Ainda, os educadores foram perguntados se acreditam que a construção da autonomia deve ser um dos objetivos da Educação Infantil. Nesta questão, foi pedido que eles justificassem as suas respostas. Vejamos:

Professor 1 - Com certeza! Desde os primeiros passos da criança na instituição de educação infantil, é fundamentalmente importante que a construção da autonomia seja objetivada, pois é nela que faz-se a base da criança, para o processo de sua longa aprendizagem.

Professor 2 - Sim. Pois é com a apropriação da autonomia que a criança cresce em todos os âmbitos educacionais. Ao perceber que "pode" realizar, ela cresce sem fronteiras no conhecimento.

Professor 3 - Sim, pois é a partir da construção da autonomia da criança que podemos proporcionar sujeitos construtores da sua própria história, capazes de construir um mundo melhor.

Professor 4 - Acredito, pois, que é na educação infantil que as crianças podem interagir entre si nas trocas de experiências e por meio de diferentes formas de brincar. Assim estabelecerão vínculos afetivos que irão favorecer na autoconfiança, no respeito mútuo e na construção da autonomia destas crianças.

Professor 5 - Sim, pois a criança conquista suas primeiras aprendizagens, adquire a linguagem, aprende o cuidar, forma o pensamento simbólico e torna-se um ser sociável.

Ao fazer uma análise da questão percebeu-se que há uma preocupação dos educadores de educação infantil em desenvolver uma prática educativa que contemple a formação de um ser ativo, capaz de dirigir suas ações, executar atividades com independência e atuar na sociedade onde possa exercer influência.

Observou-se que o educador ampliou seu olhar sobre a concepção da criança contemporânea. Hoje a criança não demonstra a passividade com que se comportava em outras décadas; pelo contrário, está bastante atenta ao que acontece a sua volta.

De acordo com o RECNEI (1998, p.68), uma vez que tenham tido a “possibilidade de arriscar a experimentar sua capacidade de realizar ações sem

ajuda, pode-se então, esperar que elas manifestem cada vez mais o desejo de ser independentes do adulto".

Portanto, à medida que as interações entre a pessoa adulta e a criança forem positivas, a criança adquire uma autônoma progressiva na sua realização.

CONCLUSÃO

Considerando o que foi discutido neste estudo, percebeu-se que ao ter acesso a uma condição pedagógica voltada para afirmação de atividades de autonomia, a criança se torna capaz de agir sozinha, de se responsabilizar por suas tarefas, de exercer, enfim, sua independência assumindo conscientemente seus deveres.

Acredita-se que para desenvolver a autonomia de uma criança, o educador precisa estar em constante formação e compreender o educando em todas as suas dimensões, identificando e respondendo as suas necessidades. Isso inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando ampliar esse conhecimento e suas habilidades.

Através dos resultados da pesquisa realizada com professores da educação infantil, observou-se o interesse e a prática desses profissionais no trabalho de desenvolvimento da autonomia, iniciada desde a primeira infância, buscando alternativas que viabilizem a participação do educando como sujeito ativo. É possível concluir que a forma como os educadores concebem o processo de construção e desenvolvimento da autonomia influencia e por vezes define suas práticas pedagógicas.

Percebe-se que o papel do adulto é oferecer a criança uma respeitosa mediação onde às atitudes heterônimas não predominem. O professor deve perceber o seu papel como aquele que organiza, sistematiza e conduz situações de aprendizagem. Acredita-se que práticas educativas possam ser modificadas e valorizadas, buscando contribuir para o bem estar dos educandos com a satisfação da formação integral na educação infantil.

Concluindo, considera-se que a rotina é fundamental para a organização das atividades diárias nas diversas instituições de ensino. No caso da Educação Infantil,

além do aspecto organizacional das creches e pré-escolas, ela promove a segurança e autonomia das crianças.

Ainda, acredita-se que a rotina escolar não pode ser tratada de uma forma mecânica, pelo contrário, toda atividade desenvolvida e os horários e espaços determinados para a realização das ações devem ser planejadas visando favorecer o trabalho pedagógico e as necessidades das crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação Infantil: creches-atividades para crianças de 0 a 6 anos**. São Paulo: Moderna, 1999.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por Amor e Por Força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLER, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BATISTA, Rosa. **A rotina no dia a dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Florianópolis: FE/UFSC, 1998. Dissertação de mestrado.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)- Introdução**. Vol. 2-Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIAS, Adelaide Alves; VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. Concepções de autonomia dos educadores infantis. In: **Temas em psicologia da SBP**. Ribeirão Preto, 1999, Vol. 7 n.1, pp. 9-21.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. Ed. 9. São Paulo: Ática, 1995.

LA TAILLE, Yves de. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Teorias psicogenéticas em discussão**. Piaget, Vygotsky, Wallon. Ed. 17. São Paulo: Summus, 1992.

MASSENA, Renata S. **Entrelaçamentos Entre as Concepções do Educar e do Cuidar na Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-Renata-da-Silva-Massena.pdf>. Acesso em 03/07/2014.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977.

SANTANA, Judith Sena da Silva. **A creche sob a ótica da criança**. Feira de Santana: UEFS, 1998.

SILVA, Patrícia Ligocki; SPERB, Tania Mara. A pré-escola e a construção da autonomia. In: **Temas em psicologia da SBP**, Campinas, 1999, Vol. 7 n. 1, pp. 65-77.

ROTINA NA CRECHE



